

A CRISE, O BRASIL E O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

Bruna Costa Migliani (UEM), Jéssica Caroline Lopes Galindo (UEM), Leonardo Rodriguez Bertan (UEM), Marina Magalhães Camora (UEM), Matheus Ortunho Moreira da Silva (UEM), Natália Greche do Nascimento (UEM)¹
Maringá, Paraná, Brasil
marinacamora@hotmail.com

Introdução: A crise do *subprime* teve início com o estouro da bolha imobiliária em meados de 2007, e com a expansão das operações de securitização, deixou de ser um problema exclusivamente americano e contaminou as demais economias do mundo. O mercado de créditos e de capitais foi afetado e com ele os países emergentes e exportadores de *commodities*, como era o caso do Brasil. Com as políticas brasileiras adotadas a partir de então, o impacto da crise não foi tão acentuado, a inflação no período se manteve dentro do limite previsto e o desemprego apresentou uma trajetória de redução. Para Flores [s.d], o endividamento não está apenas relacionado à incapacidade de pagamento, é apenas uma referência à presença de crédito, empréstimo e financiamento na economia. Nesse contexto, foi analisado o endividamento das famílias que apresentou taxa elevada de crescimento. **Objetivo:** Analisar o endividamento das famílias brasileiras no período de 2005 a 2014, com ênfase no período do pós-crise 2008. **Metodologia:** A pesquisa se dará de forma descritiva, onde será feito o levantamento e a análise dos dados e o estudo do mesmo (BOENTE & BRAGA, 2004 *apud* DALFOVO et.al., 2014). Os dados foram coletados dos bancos de dados do IBEG/PNAD e Ipeadata. **Resultados:** A inflação é definida como um aumento do nível de preço de uma cesta de bens durante um determinado período. No Decreto Nº3.088 de 21 de junho de 1999 ficou definido um sistema de metas de inflação no Brasil para estabelecer relativa segurança ao mercado. Sendo assim, a cada ano o governo estabelece uma meta de inflação e um limite dentro do qual a mesma pode oscilar (dois pontos acima ou abaixo do centro da meta) e utiliza mecanismos como a taxa de juros (SELIC) para controlar a inflação, evitando o risco de deflação ou hiperinflação. De acordo com Silva (2010), mesmo com a crise em 2008 nos EUA, o Brasil manteve-se economicamente estável, controlando a inflação, principalmente, através da elevação da taxa de juros, enquanto as principais economias do mundo reduziam suas taxas a fim de obter crescimento econômico. No ano de 2008, a inflação apresentou uma taxa elevada, atingindo 5,9%, porém manteve-se abaixo do teto da meta. De 2010 a 2014, a inflação mostrou-se relativamente estável, continuando abaixo do teto da meta (IBGE). Com relação ao desemprego, a partir 2005, a taxa do Brasil diminuiu,

¹ Alunos(as) bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET- Economia)

chegando a 4,84% no ano de 2014, ou seja, reduziu 5,03 p.p. em relação a 2005 (IBGE). A propagação da crise do *subprime* desaqueceu a economia mundial e desacelerou a produção interna, evidenciada nos últimos trimestres de 2008. A indústria brasileira foi o setor que mais sofreu, devido à escassez de crédito e maior desconfiança dos investidores, reduzindo os mesmos, segundo Silva, 2010. Em 2007, tanto as taxas de inflação quanto as taxas de desemprego se mantiveram dentro dos patamares esperados, o Brasil caminhava em direção ao crescimento da produção e do emprego, segundo Delgado (2007), e o emprego formal estava se recuperando. O Brasil implantou políticas anticíclicas para que não fosse tão impactado economicamente, mantendo o nível de desemprego baixo e inflação controlada. Entre 2012 e 2014, a taxa de desemprego continuou em queda, já a inflação precisou de intervenções para que não ultrapassasse o teto da meta. De acordo com Flores [s.d], o crédito para a pessoa física tem relação com fatores macroeconômicos, tais como: estabilidade econômica; redução na taxa de juros e spreads bancários; queda na taxa de desemprego; e, mobilidade social. Com o aumento da disponibilidade de crédito no Brasil, principalmente o crédito imobiliário, o endividamento das famílias ascendeu nos últimos anos, passando de 20% em 2005 para 45% em 2014, de acordo com IBGE. O cenário brasileiro foi de bom desempenho, com taxas de crescimento altas, redução no desemprego e até meados de 2014 com controle da inflação. Com uma política macroeconômica expansionista, visando o aumento do consumo das famílias, o governo facilitou o acesso ao crédito com programas para incentivar o consumo, como por exemplo, o plano “Minha Casa, Minha Vida”, “a redução do IPI para carros e linha branca”, entre outros.

Conclusão: Mesmo a crise de 2008 prejudicando as economias ao redor do mundo, o Brasil se manteve estável. O Regime de Metas de Inflação permitiu que, na maior parte dos anos analisados, a mesma fosse controlada. Os incentivos ao consumo auxiliaram na redução do desemprego e o crédito disponível aumentou, o resultado foi um maior endividamento das famílias, que possui projeção de aumento para os próximos anos.

Palavras-chave: Crise. Inflação. Desemprego. Endividamento

DELGADO, Guilherme. **Retrospectiva da economia brasileira em 2007**. Correio da Cidadania, 2007. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br>. Acesso em: 03 set. 2015.

FLORES, Thiago. **Bolha de Crédito? O Aumento do crédito e do endividamento das famílias no Brasil**. Portal de Auditoria, [s.d]. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br>. Acesso em: 03 set. 2015.

SILVA, Claudeci. Uma análise do contágio da crise *subprime* americana para a economia brasileira. **A Economia em Revista**, Volume 18, Número I, Julho de 2010. Disponível em: <http://eduem.uem.br>. Acesso em: 03 set. 2015.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.